Fundação Getulio Vargas | **Veículo:** Terra Notícias - SP | **Data:** 10/04/2023
Tópico: FGV Social | **Página:** 20:48:35 | **Editoria:** Notícias

Lula chega aos 100 dias de governo com acenos à classe média
Clique aqui para ver a notícia no site

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou aos 100 primeiros dias do seu terceiro mandato tendo cumprido promessa de reativar programas sociais focados principalmente nos mais pobres, mas com o olho já em uma camada da população mais refratária a seu governo, a classe média. Ao discursar em reunião ministerial para marcar a data, nesta segunda-feira, o presidente destacou como sempre a necessidade de governar para os mais necessitados, mas também cobrou o avanço de programas mais voltados à classe média --ainda que não tenha anunciado novas medidas e admitindo que o governo tem fundos limitados para tudo que precisa fazer. Lula destacou o programa Desenrola, promessa de campanha para aliviar as dívidas da população com uma renda mais baixa, mas ainda acima dos estratos atendidos por programas sociais como o Bolsa Família, e falou em reaquecer as faixas mais altas do programa Minha Casa, Minha Vida. Ao ministro das Cidades, Jader Filho, Lula disse que não sabe se será possível chegar aos 2 milhões de moradias contratadas neste mandato, como o ministério propôs, mas pediu que parte disso seja para quem tem renda um pouco mais elevada. "Precisamos pensar, no Minha Casa, Minha Vida, em quem ganha dois, três, quatro salários mínimos", disse o presidente, mesmo ressaltando que a prioridade continua sendo a classe mais baixa. Ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu que "desenrole logo", o Desenrola, programa por ora travado em meio a dificuldades técnicas e indefinições com o setor privado. A avaliação de assessores próximos ao presidente é que o governo precisa reconquistar parte da classe média, especialmente aqueles que ascenderam à classe C durante os primeiros mandatos petistas, mas perderam boa parte da renda nos anos posteriores. "É uma parte da população que tem necessidades que precisam ser atendidas. Mesmo que não sejam tão urgentes quanto dos mais pobres, são áreas em que o governo pode ajudar", disse à Reuters um dos ministros do governo. O foco dado nesses primeiros 100 dias --aumento do programa Bolsa Família, retomada do Mais Médicos e do Minha Casa, Minha Vida na faixa 1, que havia deixado de existir-- não alcança essa população com renda maior. A aposta agora é estimular a criação de empregos e o acesso ao crédito para fazer a economia crescer. "Minha obsessão agora é gerar emprego", disse Lula a seus ministros. APOSTAS Também estão no radar o reajuste adicional do salário mínimo --para o qual o governo discute uma nova política-- e a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, corrigida este ano mas ainda abaixo do pretendido pelo presidente. O governo contabiliza nas medidas para esse setor, ainda, o piso salarial dos enfermeiros, que ficará de fora do arcabouço fiscal; o reajuste dos servidores públicos, e o programa Litígio Zero, que abriu uma rodada de renegociação de dívidas de pessoas físicas e de pequenas, médias e grandes empresas com a Receita Federal. Entra nessa conta também o reajuste das bolsas de pesquisa da Capes e CNPQ em 40% depois de seis anos sem aumentos. Mesmo no campo, o governo mira o médio e pequeno produtor, que não é atendido pelos mecanismos de crédito do agronegócio exportador, e nem pelos benefícios dados aos agricultores familiares. Como mostrou a Reuters, a ideia é reservar parte do plano Safra, com juro mais baixo, a essa faixa de produtores dedicados a plantar alimentos, para melhorar a produção e a área plantada. Crédito e geração de emprego, além dos programas sociais, foram os principais motores que, nos primeiros mandatos de Lula, conseguiram levar parte da classe D para a C --um aumento de 40 milhões de pessoas, de acordo com o estudo feito à época pelo economista da Fundação Getulio Vargas Marcelo Néri. Parte desses que ascenderam não resistiram aos anos posteriores de crise e, hoje, é nesse segmento a maior má vontade com o governo. De acordo com a última pesquisa Datafolha, 36% das pessoas que tem renda familiar entre dois a cinco salários mínimos reprovam o presidente, enquanto o índice sobe para 47% na faixa entre cinco a 10 salários mínimos --na população em geral a reprovação

ficou em 29%.